

Planta previa a construção de um crematório no cemitério Dom Bosco

O processo de construção do cemitério Dom Bosco foi iniciado em 1968. Em 1970, ainda estava em processo de terraplanagem, sendo concluído e inaugurado em 1971, na gestão do ex-prefeito Paulo Maluf. Interessante que em 1969 havia uma planta prevendo a construção de um crematório nesse cemitério, o que contraria o tipo de uso dado à necrópole: o de acolher os corpos de indigentes, entendendo-se por estes os corpos vindos do Instituto Médico Legal (IML) e da Faculdade de Medicina.

Relato dos membros da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil perante um dossiê, confirma que não foram encontrados, em todos os depoimentos e levantamentos documentais durante os trabalhos da CPI, razões que justificassem a transformação do Dom Bosco, já em sua inauguração, em cemitério de indigentes. O compêndio cita que o então prefeito Paulo Maluf, em depoimento à CPI, disse que "a existência do cemitério era reivindicação dos moradores da região, para acolher os mortos da população local".

De fato. No Processo 22.303/62, formado por carta datada de 24/

7/62, enviada ao prefeito anterior, a Sociedade Amigos do Distrito de Perus reivindicava área para instalação de cemitério. O processo 24.719/63, formado por ofício da Câmara Municipal, reafirmava a necessidade de um cemitério para atender à população local, já que o cemitério de Caieiras que, por ser o mais próximo do bairro e o único que recebia os corpos dos falecidos em Perus, estava lotado.

Então, por quê crematório? A razão para a mudança encontra única explicação nos dois depoimentos do ex-diretor do Cemitério - Departamento de Cemitérios de 1970 a 1974, Fábio Pereira Bueno. Ele afirmou que houve entendimentos diretos com o IML, na pessoa do médico legista Harry Shibata, então integrante da diretoria, solicitando o uso do cemitério para esse fim.

Desde 1971 que o cemitério

CONSTRUÍDO no modelo "jardim", o Dom Bosco incorreu no risco de abrigar, logo que inaugurado, um ténico crematório



ACESSO PRINCIPAL do cemitério Dom Bosco: histórias de tristes recordações eternizadas nas quadras e sepulturas locais

Dom Bosco recebe em suas dependências, vítimas de mortes violentas, seja pela miséria, pela fome, pela criminalidade social, seja pela sanha de esquadrões da morte, da violência policial e dos braços repressores de um regime fundamentado na força.

A condição artificial de indigência imposta às vítimas fatais dos organismos de repressão, em lugar de gerar suspeitas, foi caminho para o ocultamento de corpos com o auxílio de poderes instituídos, no caso o governo estadual (IML) e a Prefeitura Municipal.

CREMATÓRIO-O depoimento de Fábio

Pereira Bueno, ex-diretor do Cemitério, mostrou os primeiros indícios de que o departamento buscou, nessa época, adequar-se à uma nova orientação, com alterações que se relacionam direta ou indiretamente aos episódios de 1975 e 76 (exumação em massa e ocultamento de corpos). Em sua gestão, ocorreram vários fatos importantes: - a inauguração do cemitério e os entendimentos com o IML para sepultamento de indigentes; - a tentativa de construir um crematório exclusivo para indigentes; - tentativa de mudar a legislação de forma a se permitir a cremação de indigentes; e - a mudança de legislação reduzindo prazo para exumação.

Desde a construção do

cemitério Dom Bosco, o processo 180.991, também de 1969, indica que um forno crematório já estava encomendado à empresa inglesa Dowson & Mason, mas que seria agora instalado no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha. Além de registrar o pedido de tramitação urgente, injustificado, este processo inclui uma carta da empresa D&M estranhando que o projeto de prédio para o forno, elaborado pela Prefeitura, era inadequado ao acompanhamento de familiares, além de graves irregularidades.

Este projeto, conforme se percebe, priorizava a cremação propriamente dita e não as exigências usuais para a cremação de corpos humanos de forma digna, com acompanhamento de familiares. Consta do mesmo processo que o projeto teria sido alterado por solicitação da empresa. A estas alterações, porém, seguiu-se o abandono do projeto e o arquivamento do processo, com a indicação de que as obras para um crematório, na verdade, teriam lugar no cemitério de Vila Alpina, onde em 1972, vários esforços da Prefeitura foram feitos para adequar a legislação e permitir a construção de um crematório exclusivamente

para indigentes. Alegava-se um problema de economia do Cemitério - o excesso de corpos.

A legislação municipal foi alterada, diminuindo de cinco para três anos o prazo de espera para ocorrência de exumação. Exatamente três anos depois, ocorreriam as exumações em massa nas quadras 1 e 2 do Cemitério Dom Bosco. A informação que circulava entre os servidores na ocasião, conforme depoimentos, era de que aquelas ossadas seriam cremadas em Vila Alpina, ficando à espera dessa providência, amontoadas no necrotério Dom Bosco entre seis meses e um ano.

No depoimento do senhor Fábio Pereira Bueno à CPI, a alegação da necessidade de cremação em função do grande número de corpos de indigentes sepultados em Perus é muito estranha. Segundo o depoente, a média de sepultamentos era de sessenta (60) corpos/dia, sendo que mesmo hoje, a média de mortes de indigentes, produzidas entre uma população muito maior, é de apenas oito por dia. Se incluirmos aí o número de sepultamentos gratuitos, teremos uma média de vinte corpos sepultados por dia. Coisas que o bairro não pode esquecer. (CC)

Eletrônica Zumele Assistência Técnica

SERVIÇOS RÁPIDOS COM GARANTIA EM:

- Televisores - Rádios
- Aparelhos de Som - Video
- Cassete - Microondas - Etc.
- Componentes Eletrônicos e Acessórios

Tel. 3917-0716

Eletrônica Zumele → Rua Crispim do Amaral, 76 - Centro - Perus
Zumele Son → Rua Águas Claras do Sul, 505 - Centro - Perus

Casa de Carnes

Joinha de Perus

Carnes Frescas Diariamente Aceitamos Encomendas para Churrascos e Festas em Geral

BOVINA - SUÍNA - AVES

Fone: 3917-2413

Praça Inácia Dias, 101 - Perus

MÉDICO DE OLHOS ESPECIALISTA  **Ligue e Marque sua consulta**

Descontos especiais p/ Aposentados
Parcelamos em até 4x s/juros

Fone: 3918.8924

Preços Populares **ÓTICA CENTRO PHOCALL** Temos todos os tipos de Lentes

SOB NOVA DIREÇÃO

RUA JÚLIO MACIEL, 534-C - V. NOVA

PRÓXIMO AO MERCADO RECANTO

Memória local: há 14 anos, vala clandestina de Perus era aberta

Célio Campos

Em 4 de setembro de 1990, foi aberta uma vala clandestina, localizada no cemitério Dom Bosco, em Perus, onde foram encontradas 1049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte. Seis presos políticos deveriam estar enterrados nesta vala, de acordo com os registros do cemitério: Dênis Antônio Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus da Silva. O cemitério Dom Bosco foi construído pela prefeitura de São Paulo, em 1971, na gestão de Paulo Maluf e, no início, recebia cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política.

O que de fato trouxe o caso à tona foi que a família dos irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, após diversas tentativas para encontrar seus restos mortais em cemitérios da cidade de São Paulo, descobriu que Iuri estava enterrado

no cemitério de Perus, quando do enterro de um tio seu neste mesmo cemitério em dezembro de 1973. Passado algum tempo, a família mostrou ao administrador do cemitério a notícia de jornal onde estava relatada a morte de Alex e indicava o nome falso utilizado por ele durante a clandestinidade, João Maria de Freitas. Assim, o administrador encontrou nos livros de registro do cemitério uma pessoa enterrada com aquele nome. Essa descoberta despertou os familiares para a utilização de identidade falsa para o sepultamento de militantes políticos assassinados.

Em julho de 1979, a família de Flávio Carvalho Molina, assassinado em 7 de novembro de 1971, soube de sua morte através de documentos anexados a um processo na 2ª Auditoria da Marinha, sem no entanto, jamais ter recebido alguma comunicação, mesmo que informal. Na documentação, a Auditoria é informada da morte de Flávio, cujo corpo havia sido enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome

falso de Álvaro Lopes Peralta, na cova 14, rua 11, quadra 2, gleba 1, e registro nº 3054. Seus familiares tentaram exumar seus restos mortais, quando descobriram que os mesmos já haviam sido exumados em 1975 e reenterrados em uma vala comum. Naquela ocasião, nada pôde ser feito devido à repressão política vigente no país.

Investigando a violência policial através de laudos necroscópicos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, em 1990, o repórter Caco Barcellos (*Rede Globo*) redescobre a vala clandestina e tal acontecimento alcança grande repercussão na imprensa. Em seguida, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos obtêm o apoio da prefeita Luiza Erundina, que criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus.

Entre 17 de setembro de 1990 e maio de 1991 instalou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI para investigar as irregularidades da vala de Perus. Em novembro de 1990 foi

assinado o Convênio entre o Estado, a Prefeitura de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por um período de um ano, com o objetivo de identificar as ossadas. Neste período iniciou-se, também, o Inquérito Policial nº 10/90, na Seccional Oeste, presidido pelo Dr. Jair Cesário da Silva para apurar as

responsabilidades pelo uso da vala clandestina. Em dezembro de 1990, as ossadas devidamente catalogadas e embaladas foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal (DML)/UNICAMP. Até o final de 1992 obteve-se duas identificações de presos políticos cujos restos mortais estavam na vala clandestina: Dênis Antônio Casemiro, considerado desaparecido, e Frederico Eduardo Mayr.

A atuação da Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e da CPI estenderam seus trabalhos a todos os cemitérios da capital ou cidades

vizinhas. Assim, outras ossadas foram encaminhadas ao DML/UNICAMP para investigação com fins de identificação. Do cemitério de Perus três esqueletos de covas individuais foram identificados como sendo os de Hêlber José Gomes Goulart, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones. No mesmo cemitério, os esqueletos da cova onde estaria enterrado Hiroaki Torigoe e os de outra cova onde estaria Luís José da Cunha foram retirados e enviados para o DML/UNICAMP. Até hoje, nenhum resultado sobre a investigação foi divulgado.

MEMORIAL - A partir de



Fotos: Célio Campos

A POLÊMICA vala clandestina exhibe hoje um memorial às vítimas do sistema repressivo que envergonhou o País

1993, com o término do mandato da prefeita Luiza Erundina, nenhum informe oficial sobre as investigações das ossadas foi transmitido. Apesar das dificuldades para se chegar ao término das identificações, no local onde encontrava-se a vala foi erguido um memorial de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake, inaugurado em 26 de agosto de 1993. Dois anos se passaram e reuniões foram feitas para se exigir a prestação de contas a respeito da pesquisa com finalidade de identificar as ossadas de Perus e demais cemitérios. Não houve quaisquer manifestações até o presente.